

UZIEL, Anna Paula. *Homossexualidade e adoção*.
Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Fabiano Gontijo
*Doutor em Antropologia pela École des Hautes Études
em Sciences Sociales - França.*
Professor Adjunto de Antropologia da Universidade Federal do Piauí.
Bolsista de Produtividade em Pesquisa (nível 2) do CNPq.
fgontijo@hotmail.com

Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Especialista em Psicologia Jurídica também pela UERJ, Mestre em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com a dissertação intitulada *Exaltação da diferença: um elogio à sedução. Reflexões sobre a sexualidade contemporânea, sob a orientação de Lúcia Rabello de Castro*, Anna Paula Uziel defende, em 2002, sua tese de Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), intitulada *Família e homossexualidade. Velhas questões, novos problemas, sob a orientação de Mariza Corrêa*. Desde 1994, é pesquisadora associada do Instituto de Medicina Social (IMS) e, em seguida, do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos do IMS da UERJ e, finalmente, desde 2002, Professora Adjunta da UERJ, vinculada ao Departamento de Psicologia Social e Institucional. Em 2005, torna-se membro/sócia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Na interface entre Psicologia, Direito e, principalmente, Antropologia, Uziel vem realizando pesquisas sobre homossexualidades e parentalidade, homossexualidades e conjugalidade e homossexualidades e juventude. Integra, juntamente com Miriam Pillar Grossi (UFSC) e Luiz Mello (UFG), a inovadora rede de pesquisas sobre parceria civil, conjugalidade e homoparentalidade no Brasil. Autora de inúmeros artigos, capítulos de livro e trabalhos diversos, Uziel nos apresenta sua tese de Doutorado "em formato" de livro. Já era hora de vermos essa publicação!

O tema central abordado pela autora em seu livro-tese, intitulado *Homossexualidade e adoção*, como bem ressalta a apresentadora e prefaciadora Miriam Pillar Grossi (UFSC), é de grande atualidade, juntamente com a temática da parceria civil e dos (novos) arranjos conjugais homossexuais. Trata-se, sem dúvida, do primeiro trabalho sério e rigoroso sobre os processos de adoção envolvendo pelo menos um requerente declaradamente homossexual. O trabalho vai muito além dos relatos de processos de adoção para apresentar uma ampla discussão sobre as redefinições da família no contexto da contemporaneidade. Uziel diz que "As famílias homoparentais interpelam os cientistas sociais a respeito de estruturas de parentesco; os juristas sobre a filiação; os psicólogos no que concerne ao desenvolvimento de crianças em famílias diferentes das tradicionais" (UZIEL, 2007, p.73-74). Ninguém mais adequado do que a autora para dar conta dessa complexidade, em razão de sua destreza em lidar com os três campos disciplinares em questão!

O livro divide-se em duas partes bem distintas, quase autônomas: a primeira é intitulada "Família, família, almoça junto todo dia, nunca perde essa mania" e a segunda, "Adoção e homossexualidade: os atores e seus produtos. Uma análise das entrevistas e dos processos".

A primeira parte apresenta uma discussão atualíssima sobre os chamados "novos arranjos familiares", a partir de teóricos principalmente franceses (devido à passagem da autora pela França no momento em que se discutia o PACS, a parceria civil, naquele país). Uziel parte da Constituição Federal de 1988 que, em seu Artigo 226, enuncia que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. Para Bourdieu (1993), a família é uma "ficção bem fundada", é só uma palavra – como propõe a etnometodologia (GUBRIUM; HOLSTEIN, 1990) –, mas uma palavra de ordem, um princípio coletivo de construção da realidade coletiva – descrição e prescrição ao mesmo tempo. Bourdieu lembra que esse princípio de construção é, também, socialmente construído, tornando-se comum a todos os agentes socializados de uma "certa" forma, posto que é um princípio de visão e de divisão comum. Quando se trata do mundo social, as palavras só fazem as coisas, porque elas fazem, antes de nada, o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, o *senso comum*, a *doxa* aceita por todos como natural. Assim, a família como categoria social objetiva (*estrutura estruturante*) está no fundamento da família como categoria social subjetiva (*estrutura estruturada*), categoria que é o princípio de milhares de representações e ações (os casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva: esse círculo é o próprio círculo da reprodução da ordem social. O acordo quase

perfeito que parece se estabelecer entre categorias subjetivas e categorias objetivas funda uma experiência do mundo como evidente, natural, não questionada; e nada parece mais *natural* e *universal* do que a família. É a partir daí que Uziel se pergunta: Quais as especificidades dos arranjos familiares homossexuais e da parentalidade exercida por homossexuais?

A autora apresenta, detalhadamente, nessa primeira parte, uma categorização desses "novos arranjos": a família monoparental, a família por adoção e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família recomposta, a família pluriparental (na qual há dissociação entre parentalidade e conjugalidade) e, finalmente, a família homoparental. Homoparentalidade é um termo cunhado pela Association des Parents et Futurs Parents Gays e Lesbiens (APGL), na França dos anos em que se discutia a lei de parceria civil (1997). A conclusão à qual chega a autora, nessa parte, é a de que funções parentais não exigem forçosamente o exercício da sexualidade; logo, não há vínculo tão direto entre homossexualidade e parentalidade. Ou seja:

Do ponto de vista do número de pessoas envolvidas, a família homossexual não cria nada de novo: é monoparental, biparental ou pluriparental, como ocorre com todas as outras famílias [...]. Da perspectiva da cidadania, dos direitos e dos deveres, é um cidadão protegido pela lei, como todos. Em relação aos cuidados com as crianças, as poucas pesquisas feitas não identificam diferenças [...]. As identificações, fundamentais para o desenvolvimento e a formação da identidade, sofrem abalos em parte da população, sem que a estruturação familiar que propicia maiores problemas seja identificada com existência de pessoas do mesmo sexo. Qual seria, então, a especificidade dessa relação parental? (UZIEL, 2007, p. 79).

A pergunta parece já estar respondida.

Na segunda parte, a autora faz, num primeiro momento, uma análise temática das entrevistas realizadas, na comarca do Rio de Janeiro, junto a psicólogos, assistentes sociais, promotores, defensores públicos e juizes envolvidos nos processos de adoção, "[...] acerca de suas concepções de família, casamento, casal, bom desenvolvimento da criança e do adolescente, peculiaridades da adoção, 'ideal' de parentalidade, até chegar à questão da adoção por homossexuais" (UZIEL, 2007, p. 81). Em seguida, atém-se minuciosamente ao estudo de oito processos de adoção e habilitação para adoção, cujos requerentes são homossexuais.

É, em meio às inúmeras contradições, às negociações de poderes, às definições vagas de família e à referência ao modelo tradicional, que, segundo

Uziel, se inserem as discussões sobre homoparentalidade e pluriparentalidade no discurso dos profissionais envolvidos nos processos. A orientação sexual do requerente parece sugerir, nesses profissionais, a anormalidade da situação, despertando interesse e cuidado especial para com o caso. Enfim, a autora percebe que:

No entanto, apesar de todas essas dificuldades, na comarca do Rio de Janeiro, processos de adoção com a orientação homossexual revelada são deferidos. Essa constatação, obtida através da análise dos processos, sugere uma complexidade no âmbito do cruzamento entre parentalidade e orientação sexual (UZIEL, 2007, p. 138).

Os oito processos analisados parecem contemplar, como aponta a autora, toda a diversidade de casos: "[...] há processos em que não está clara a orientação homossexual na habilitação e não há processo de adoção; em outros, não é evidente em nenhum dos dois. No primeiro, de habilitação, não aparece e, no de adoção, é patente; ainda há aqueles em que aparece logo no de habilitação" (UZIEL, 2007, p.139). Mas, parece que o mais atípico dos casos por ela analisados é o processo 8, que chegou à Justiça não por solicitação voluntária do próprio requerente, mas em função do recebimento de uma denúncia anônima de que uma criança estaria correndo o risco de vida e sendo submetida a "rituais de macumba"; quando o juiz tomou ciência do caso, percebeu que o indivíduo denunciado tinha, sob seu teto, de forma irregular, um garoto e exigiu que fosse dada entrada em um processo de adoção para regularizar a situação; na acusação, consta a orientação homossexual como se fosse uma revelação contra ele.

Anna Paula Uziel conclui esse brilhante trabalho, reiterando que

as categorias [...] são ficções que satisfazem em determinado momento ou quando é preciso organizar o pensamento ou convencer alguém. Elas não precisam e nem devem servir de camisa-de-força. Ao afirmar que a filiação é construída socialmente e legitimada pelo Direito, ou é construída pelo Direito, a parentalidade por homossexuais faz parte deste universo (UZIEL, 2007, p. 200).

E fazendo nossas as palavras da autora, as Ciências Humanas, quando convocadas para dar respostas a "problemas" gerados pelas novas configurações sociais e culturais da contemporaneidade, não devem se furtar a propor novas questões, "[...] para que as velhas respostas não restrinjam as novas realidades" (UZIEL, 2007, p. 205). E Uziel parece ter muito bem respondido a alguns "problemas" e proposto novas questões.

Referências

BOURDIEU, Pierre. "À Propos de la Famille comme Catégorie Réalisée". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 100, 1993.

GUBRIUM, J. F., HOSLSTEIN, J. A. *What is a Family?* Mountain View: Mayfield Publishing Company, 1990.